

INSERÇÕES E MOBILIZAÇÃO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA POLÍTICA-PEDAGÓGICA NO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Eliane Lima de Aguiar

Universidade Estadual do Ceará.
Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú - SASC
elianelimadeaguiar@gmail.com

Josevan Beviláqua Soares

Centro Universitário Fametro - Unifametro
Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú - SASC
jb.bevilaqua@gmail.com

Leiriane de Araújo Silva

Centro Universitário Fametro - Unifametro
Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú – SASC
leiriane.silva@professor.unifametro.edu.br

Título da Sessão Temática: *Políticas Públicas e Direitos Sociais.*

Evento: IX Encontro de Pós-graduação

RESUMO

Este relato tem como objetivo socializar a experiência de construção de um grupo voltado para as famílias em acompanhamento particularizado que vivenciam situação de extrema pobreza, sendo contempladas com serviços, programas e benefícios da Política de Assistência Social. O grupo nasceu no CRAS Jardim Bandeirantes no município de Maracanaú, a partir da necessidade de fomentar espaços coletivos de reflexão sobre direitos sociais, participação popular e território como espaço de potencialidades. Como resultado tem-se que trabalho social com famílias no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – Paif deve reafirmar o saber popular, respeitar a autonomia dos sujeitos e construir com eles possibilidade e alternativas de inserções e mobilização social.

Palavras-chave: Assistência Social, Família, Trabalho Social, Território.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Política de Assistência Social ganha status de política pública com a

promulgação da Constituição Federal de 1988, ao compor o sistema de Seguridade Social junto com a Saúde e Previdência Social, integrando o sistema de proteção social brasileiro, de caráter não contributivo, como direito e destinado aos cidadãos que dela necessitarem.

Dessa maneira, a Assistência Social tem se transformado a partir da década de 1990, sendo materializada e estruturada por um conjunto de ordenamento legal e institucional. Destaca-se a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004, Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS 2005 e 2012 e a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais.

O Sistema Único de Assistência Social - SUAS, organiza-se através de normativas que consubstancia as ações da rede socioassistencial de proteção social que se divide em básica e especial.

A implantação do Sistema Único de Assistência Social em Maracanaú ocorreu em 2005 a partir da criação da Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC). A partir de então, amplia-se a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

O CRAS Jardim Bandeirantes, locus da experiência profissional, executa o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos- SCFV. Realiza ainda, o atendimento das demandas do cadastro único para programas sociais do governo federal.

Destarte, este relato tem como objetivo socializar a experiência de construção de um grupo voltado para as famílias em acompanhamento particularizado que vivenciam situação de extrema pobreza, sendo contempladas com serviços, programas e benefícios da política de assistência social.

METODOLOGIA

O presente relato se propôs a socializar a experiência de implantação de uma atividade coletiva no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família no CRAS Jardim Bandeirantes. Os procedimentos metodológicos compreenderam a pesquisa bibliográfica e documental.

O grupo compreende famílias inseridas em acompanhamento familiar particularizado. As 48 famílias foram convidadas durante atendimento particularizado ou através de visitas domiciliares. A adesão às oficinas ocorreu com uma média de 16 famílias a cada encontro.

Os encontros são mensais e acontecem na primeira quinta-feira de cada mês, sendo

divididos em três eixos organizativos: a) território e vínculo; b) inclusão produtiva e renda e c) político-organizativo. Ao definir os eixos foram elencados os temas apresentados ao encontro para que a definição das temáticas seja construída coletivamente com vista a constituir a participação e promoção das famílias no grupo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: elementos conceituais

A Assistência Social em conjunto com a Saúde e Previdência compõe a Seguridade Social e ganha uma nova concepção a partir da promulgação da Constituição Federal em 1988, ao conquistar a marca de política pública e consiste em política de proteção social brasileira, sob a responsabilidade do Estado, como direito de todo cidadão que dela necessitar.

Desse modo, considerada com política pública de proteção social, a assistência social foi regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS/ 1993, a aprovação da Política Nacional de Assistência Social - PNAS em 2004 vem fortalecer o que estava previsto na LOAS.

Posteriormente, com a aprovação da PNAS e implementação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS/2005, a assistência social brasileira, organiza-se conforme a referência de vigilância social, defesa social e institucional e proteção social que se divide em básica e especial, ofertado a partir da rede socioassistencial, que pressupõe a execução de serviços, programas, projetos e benefícios. As ações socioassistenciais devem assegurar as seguranças alicerçadas de acolhida, de convívio familiar e sobrevivência de rendimento e autonomia.

Nisso, a proteção social tem por finalidade conforme a PNAS/2004, prevenir e proteger as situações de riscos sociais e vulnerabilidades sociais, através do desenvolvimento das potencialidades dos seus usuários, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários por meio de serviços, programas, benefícios e projetos (BRASIL, 2004). Isto posto, as ações da proteção social básica é executado e organizado pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, equipamento estatal de base territorial, na qual, é responsável pela gestão territorial e execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias - PAIF, que consiste no principal serviço do CRAS.

Nesse sentido, o PAIF tem entre seus objetivos o fortalecimento da função protetiva da família e prevenir as rupturas dos vínculos familiares, promover acessos à rede de

assistência social, em que consiste no trabalho social com famílias de modo continuado, materializando portanto, os eixos estruturantes do SUAS. Para tanto, as ações do PAIF se organiza em acolhida, oficina com famílias, ações comunitária, ações particularizadas e encaminhamentos.

Assim, o CRAS articula dois elementos dos eixos estruturantes do SUAS, a matricialidade sociofamiliar e a territorialização, sendo entendida como referência para compreensão das situações de riscos e vulnerabilidades, bem como, para identificação das potencialidades existentes no território.

A matricialidade sociofamiliar, refere-se que a família é a matriz para intervenção da assistência social, na oferta dos serviços socioassistenciais, dos benefícios, programas e projetos. Todavia, essas ações tanto podem ser considerado como avanços se constitui em ações de caráter protetivo que possibilidade superar a fragmentação e segmentação na promoção da proteção social historicamente presente na assistência social. Mas também, corre risco de ocorrer ações conservadoras no trato com as famílias, e reforçar tradicionais funções das famílias na responsabilização da proteção aos seus membros.

Em vista disso, a concepção de família segundo a PNAS, é o conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneo, afetivo, e ou de solidariedade, cuja a sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e compartilhamento ou dependência econômica (BRASIL, 2009). Contudo, vale salientar, que não existe um modelo idealizado de família, e sim, família sendo formado por uma pluralidade e arranjos estabelecidos pelos seus membros, logo, tal espaço é complexo e permeado por conflitos, podendo gerar tanto proteção quanto violação.

O CRAS JARDIM BANDEIRANTES E O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS: a experiência com um grupo de famílias.

O território do CRAS Jardim Bandeirantes compreende os territórios Jardim Bandeirantes, Menino Jesus de Praga e uma parte da Pajuçara, tendo 1.700 famílias com renda per capita entre 0 e 89 reais, considerada, portanto, em situação de extrema pobreza. Acerca do trabalho, possui 4.440 pessoas que não estão trabalhando. Quanto ao gênero, 5.702 são mulheres, sendo 1.478 tem uma faixa etária entre 30 e 35 anos (Gesuas, 2018).

Dentre as ações desenvolvidas no PAIF realiza-se o acompanhamento familiar a **48** famílias (Relatório Mensal de Atendimento, Maio/ 2019). Essas famílias apresentam o

seguinte perfil: 40 encontram-se em situação de extrema pobreza, 42 são beneficiárias do Programa Bolsa Família, 06 são beneficiadas com o Benefício de Prestação Continuada, 32 foram contempladas com os benefícios eventuais (auxílio alimentação, auxílio natalidade, auxílio deslocamento), 22 estão no perfil do Programa Criança Feliz e 01 é beneficiada com o Programa de transferência de renda Mais Infância Ceará.

O perfil das famílias acompanhadas demonstra a articulação entre serviços e benefícios, orientação da política através do seu Protocolo de Gestão Integrado entre Serviços e Benefícios, mas trouxe também uma reflexão entre os profissionais que atuam no PAIF.

Tendo como referência Teixeira, o perfil acima demonstra a importância do trabalho articulado entre os atendimentos individuais e o espaço de reflexão coletiva. Vejamos o que diz a autora:

O trabalho socioeducativo com famílias ou grupos de famílias, bem como os procedimentos individuais de acolhimento, escuta qualificada, encaminhamentos e acompanhamentos devem buscar a inserção desses sujeitos no circuito do território e da rede de segurança social e articular o individual e o familiar no contexto social, levando-os a ultrapassar o imediatismo de suas concepções, mas tendo como princípio que subjetividades transformadas só provocam mudanças com ações coletivas, com acesso a serviços, benefícios, ou seja, com condições objetivas (TEIXEIRA, 2010, p. 20).

A proposta de formação de um grupo partiu, portanto, do movimento de desvelar as demandas presentes no cotidiano do trabalho profissional de caráter coletivo, orientado por ações que estão vinculadas ao PAIF e suas seguranças afiançadas no âmbito do SUAS. Para tanto, a intervenção profissional no trabalho com famílias deve:

Reconhecer que as famílias apresentam demandas que extrapolam as suas possibilidades de respostas e essas se encontram também fora delas, a ação profissional não pode direcionar-se apenas as famílias enquanto sujeitos singulares. Isso implica no redimensionamento da intervenção profissional, a partir da perspectiva da integralidade das ações articuladas em diferentes níveis. Esses níveis seriam: proposição, articulação e avaliação de políticas sociais, organização e a articulação de serviços e atendimento a situações singulares (MIOTO, 2010, p. 172/173).

O trabalho social com família se desenvolveu a partir das oficinas com famílias alicerçada nos eixos organizativos, com vista a propiciar encontros reflexivos sobre a vivência no território, deslocando o olhar para entendimento do “[...] território, para além de um espaço geográfico, é um chão histórico, marcado por múltiplas relações, que materializa a identidade de uma dada política social, no cotidiano relacional da vida das pessoas” (SPOSATI, 2013, p. 09). Logo, lócus de sociabilidade, do simbólico e de construção de alternativas de sobrevivência, de acesso ou nulo acesso aos serviços.

Partindo dessa concepção, é fundamental apreender que o território expressa, conjuntamente, produção e reprodução das relações socioeconômico, política, e cultural, presente na sociedade (KONGA, 2013).

Nesse sentido, a formação do grupo pensada inicialmente para contemplar as 48 famílias que estão em acompanhamento PAIF - foram convidadas durante atendimento particularizado ou através de visitas domiciliares - resultou na adesão de 34% das famílias. Identificamos portanto, que a maior participação é das mulheres.

Os encontros são mensais e acontecem na primeira quinta-feira de cada mês, sendo divididos em três eixos organizativos: a) território e vínculo; b) inclusão produtiva e renda e c) político-organizativo. Ao definir os eixos foram elencados os temas apresentados ao encontro para que a definição das temáticas seja construída coletivamente com vista a constituir a participação e promoção das famílias no grupo. Em que através das narrativas das famílias, busca-se forjar formas de interferir por meio da participação social nas demandas.

Vale destacar, que no primeiro encontro onde foi realizada roda de conversa para a reflexão acerca do “Território de Vivência”, foi destacado pelos participantes o equipamento do CRAS, e os demais equipamentos da rede de serviços públicos existentes no território como elementos positivos na vida da população, no entanto, por outro lado, a ausência de infraestrutura física das ruas e de alguns equipamentos são caracterizados como negativos, assim como, carência de espaços de lazer e privação do uso do espaço público, como as ruas, também apontados como negativo em virtude da insegurança e dos perigos presente nesse território vivo.

Logo, Sposati (2009) corrobora com nossa observação ao considerar a territorialização como uma dimensão da política de assistência social e supõe o reconhecimento da heterogeneidade dos espaços na qual a população se assenta e vive, bem como o respeito cultural dos seus valores, referenciais e hábitos, numa perspectiva de inserção do cidadão, e a manutenção de expressão do indivíduo, tendo em vista, identificar as efetivas condições de vida do território onde esse indivíduo vive com sua família. Complementa, que o conhecimento das possibilidades reais do cidadão, seu sofrimento, quando vive em território que apresenta precárias condições de vida, não se constitui uma focalização. (SPOSATI, 2009).

Contamos ainda com encontros com os seguintes temas: *O impacto da reforma da*

previdência na vida da população, contamos com assistente social do INSS para facilitar a discussão. Posterior, foi proporcionado uma roda de conversa acerca da inclusão produtiva com o tema *Os caminhos para o acesso ao trabalho e renda*, onde contamos com psicóloga da Coordenadoria das Ações Complementares da Secretaria de Assistência Social e Cidadania e sendo realizado encaminhamento de 22 currículos para mediação dessa coordenadoria junto as empresas do Município de Maracanaú

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma síntese, considera-se que o trabalho social com famílias no âmbito do PAIF possui uma dimensão socioeducativa, no sentido que, o serviço prestado a população no âmbito da Política de Assistência Social não deve ser entendida como meio para o processo educativo, mas como o próprio processo educativo que deve materializar-se nos serviços, programas, projetos e benefícios ofertados no âmbito do SUAS. Uma primeira demarcação é quanto ao potencial desse trabalho no sentido de refletir criticamente a realidade, de desvelar a trama das relações sociais que estão submetidos os usuários da política, uma realidade de desigualdade dura e, ao mesmo tempo, potente, permeada por histórias de rupturas, ausências, perdas, mais também de busca de superação, portanto, de possibilidades.

Em meio às possibilidades do trabalho realizado, cabe demarcar a proposta de estabelecer diálogos e pensar juntos com as famílias as ações a serem desenvolvidas e realizadas com a finalidade de proteger e fortalecer, a partir das seguranças afiançadas de acolhida, sobrevivência e vivência familiar e comunitária, direcionada por eixos temáticos, território e vínculo; inclusão produtiva e renda e político-organizativo, visando possibilitar construções coletivas com as famílias tendo como referência a realidade vivida, a partir de prática político-pedagógica que leve em consideração as demandas reais e potenciais dos considerados territórios de vulnerabilidade e riscos sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009). Brasília, MDS: 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS.

Brasília, 2005.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica (NOB/Suas). Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 Brasília: MDS, 2012.

Orientações Técnicas sobre o PAIF- Volume 1. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: MDS/SNAS, 2012a.

Orientações Técnicas sobre o PAIF- Volume 2. Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. Brasília: MDS/SNAS, 2012b.

KOGA, Dirce. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas públicas. SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 16, N.1, P. 30-42, JUL./DEZ. 2013.

MIOTO, Regina Celia. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 12, n.2, p. 163-176, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/7584/6835>>. Acessado em 05 de julho de 2019.

SPOSATI, Aldaíza. Território e gestão de políticas sociais. SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 16, N.1, P. 05-18, JUL./DEZ. 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/18423/14620>>. Acessado em 05 de julho de 2019.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. Concepção e gestão da proteção social contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. UNESCO, p. 13 a 55, 2009.

TEIXEIRA, Solange. Trabalho social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas. Serv. Soc. Revista, Londrina, v. 13, n. 1, p.4 – 23, jul/dez 2010.